

ESCOLA JUDICIAL “DES. EDÉSIO FERNANDES”

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - 2002/2003

PROVA DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Examinador: Des. Wander Marotta

1ª QUESTÃO

O que significa, em linhas gerais, o princípio da impessoalidade (art. 37, *caput*, da CF)?

Identifique, nos incisos do artigo citado, pelo menos um caso de sua aplicação concreta.

2ª QUESTÃO

O Município de Itambacuri decidiu outorgar permissão para exploração local do serviço de táxi.

Tendo em vista o caráter unilateral e precário da outorga, há, na sua opinião, necessidade de licitar a delegação ?

3ª QUESTÃO

O Município de Piumhi, através de lei, criou uma Defensoria Pública Municipal para atendimento aos seus cidadãos carentes.

Tal ato, se questionado pelos meios próprios, deve, na sua opinião, prevalecer ?

4ª QUESTÃO

O art. 16 da Lei 4.771/65 instituiu um percentual de reserva legal de florestas e outras formas de vegetação nativa.

O seu parágrafo 8º prevê a obrigatoriedade de averbação dessa área no Registro de Imóveis.

Recusado, pela Registradora da Comarca de Ponte Nova, o registro de um determinado imóvel sem que se promovesse a averbação da respectiva área de reserva legal, o seu adquirente suscitou a chamada **dúvida inversa**, na qual pretende obter ordem judicial para fazer o registro pretendido sem o cumprimento da referida exigência, à alegação de ser ela ofensiva ao direito de propriedade e que, além disso, não contém o terreno qualquer cobertura florestal.

Você, Juiz, como decidiria ?

5ª QUESTÃO

O julgamento das contas do Prefeito Municipal (na qualidade de agente político) é feito pela Câmara Municipal, após parecer prévio do Tribunal de Contas.

A Câmara pode, no exercício desta competência, aprovar ou rejeitar o referido parecer. A Câmara Municipal de Dores do Turvo deliberou que, sendo livre para julgar as contas do Prefeito Municipal, cabendo-lhe aprovar ou rejeitar o parecer prévio do TCMG, poderia, na verdade, dispensá-lo, visto que “não sendo ele vinculativo, constitui ato não essencial, e, portanto, facultativo”.

Assim entendendo, emitiu Resolução de aprovação das Contas antes da emissão do referido parecer.

Um Vereador questionou, perante o Judiciário, essa decisão do Legislativo.

Você, que é Juiz, deverá decidir: o julgamento das contas foi ou não correto ?

B O A S O R T E !!!